

**SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
SIPLAN**

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor
CTPD**

Ata da 47ª Reunião Ordinária

Data: 13/01/2016

Local: Sala de Reunião – Subsolo do CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Cláudia Muricy (SMU/CGPU/CMP); Eduardo Andrade (SMU/CGPU/CMP); Mônica Bahia Schlee (SMU/CGPU/CMP); Rosana Motta Gomes (SMU/CGPU/CMP); Wanderson Barreto (SMU/CGPU/CMP); Marcelo Fonseca (SMU/CGPIS); Marília Vicente Borges (SMU/CGPE); Jean Pierre Janot (SMU/CAU); Maria Luisa Korenchender (SMU/CGPU/CPL); Gracira Silveira (SMAC); Georgiane Costa (Rio-Águas); Ricardo D'orsi (GEO-Rio); Antonio Carlos Velloso de Melo (SMTR); Henrique Torres (CET-Rio); Rosane Lopes de Araújo (SMHC); Valeria Novais (SMO); Cesar de Faria Vieira (SMO); Elvira Rossi (Rio-Urbe); Davi Becker (Defesa Civil); Roberta Teixeira Gama (CVL); Ramon Ortiz (CVL); Marilene Nacaratti (IPP).

Convidados e Observadores: Isabela Lobato (FPJ); Roberto Rocha (FPJ); Fabrícia Vitovsky (SMO); Adriana Griner (CVL); Rodrigo Mathias (CVL); Felipe Manhães (SMU); Natália Lima (SMU); Eliane Harumi Sakamoto (SMU).

A reunião foi iniciada às 10 horas e 15 minutos.

Assuntos tratados:

Wanderson (CMP) inicia a reunião e faz os seguintes informes:

- Foram enviados ofícios para os órgãos membros do CTPD solicitando indicação de

seus representantes para o período 2016-2017, podendo estes optar pela recondução dos atuais ou pela substituição. Foi solicitada a resposta até o dia 10/02.

- Será enviada uma versão atualizada da Planilha de Monitoramento das Ações Estruturantes do Plano Diretor aos membros do CTPD para avaliação e envio de sugestões de modificação até o dia 26/02.

Isabela (FPJ) inicia a sua apresentação sobre o Plano Diretor de Arborização Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (PDAU) tratando das consequências urbanas da sucessiva supressão da arborização urbana no Rio de Janeiro ao longo dos anos, em função do forte processo de transformação e urbanização da Cidade. Aponta as transformações na paisagem, problemas ambientais, movimentos de massa, enchentes, poluição, ilhas de calor e mudanças climáticas.

Isabela (FPJ) informa que a malha verde municipal é composta pelas áreas definidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e por outras legislações específicas e foram consideradas no Plano Diretor de Arborização Urbana.

Isabela (FPJ) relata que o PDAU é um instrumento de planejamento municipal, que define as diretrizes necessárias para estabelecer uma política de implantação, monitoramento, avaliação, conservação e expansão da arborização urbana, incluindo a participação social no processo de gestão. Ele foi desenvolvido com a participação direta de 20 profissionais da FPJ e da SMAC com formações diferenciadas (engenheiros florestais, arquitetos e biólogos) e contou com o apoio de outros 11, além da participação da sociedade civil.

Isabela (FPJ) informa que a metodologia de trabalho envolveu três etapas: levantamento, diagnóstico e planejamento.

Isabela (FPJ) informa que o diagnóstico é vasto e composto das seguintes informações: histórico da arborização da cidade; caracterização dos órgãos municipais envolvidos com arborização; aspectos legais e institucionais; implantação e manejo da arborização; solicitações de poda, remoção e plantio pela população; ações judiciais; aproveitamento

dos resíduos de poda; espécies vegetais protegidos; inventário da arborização na cidade; recursos financeiros disponibilizados; e programas em desenvolvimento.

Isabela (FPJ) apresenta o histórico da arborização urbana no Rio de Janeiro, desde a fundação do Real Horto (atual Jardim Botânico) em 1808 até a atualidade, com a produção do PDAU. Além disso, faz um histórico da atuação das instituições com vínculos com o tema (Fundação Parques e Jardins e Comlurb). Alerta para o fato que a maior parte dos funcionários da FPJ se aposentará até 2019.

Isabela (FPJ) afirma que dentro do aspecto legislativo há três ferramentas que garantem o plantio de mudas: a Lei 613/84 que obriga o plantio de árvore no lote; a Lei 1.196/88, que vincula a doação de muda de árvore para a arborização do passeio fronteiro; e a Resolução SMAC 587/2015, que estabelece procedimento para autorização de remoção de vegetação e medida compensatória correspondente. Sobre o manejo da arborização, fornece os dados relativos aos dois hortos da FPJ na Taquara e Vargem Pequena (AP4), além dos dados sobre plantios na cidade, que totalizam quase 200 mil mudas entre 2007 e 2013.

David (Defesa Civil) pergunta se o replantio de árvores tem que ser feito na mesma região da retirada.

Isabela (FPJ) responde que não.

Isabela (FPJ) afirma que a arborização urbana não é um elemento isolado, é um elemento vivo e tem que ser tratado de forma integrada ao planejamento da cidade.

Monica (CMP) comenta que a arborização é parte da infraestrutura urbana, mas que por vezes a iluminação pública se sobrepõe à preservação dos indivíduos arbóreos.

Natalia (SMU/CPL) acrescenta que as podas de árvore são feitas em função da iluminação e da segurança pública.

Cesar (SMO) questiona a inadequação de certas espécies ao local onde são plantadas.

Isabela (FPJ) responde que situações deste tipo não ocorreriam se o planejamento integrado fosse efetivo e houvesse uma política concreta de arborização na cidade.

Roberto (FPJ) acrescenta que a gestão atual da arborização urbana no Rio é muito fragmentada e a sua espacialização desarticulada.

Isabela (FPJ) cita o trabalho de Barata Júnior (Engenheiro Florestal) sobre resíduos de poda. Ele indica que 60% dos resíduos poderiam ser reutilizados na produção de adubo, 30% na venda de lenha (com valor estimado de quase 2 milhões de reais por ano) e 10% na produção de mobiliário urbano.

Isabela (FPJ) apresenta os bairros onde estão localizadas as espécies vegetais protegidas e indica a necessidade de mais informações e controle sobre elas. Avalia que elas poderiam ser aproveitadas em um circuito turístico próprio.

Isabela (FPJ) aponta a necessidade de haver um inventário e um banco de dados da arborização da cidade. Apresenta alguns inventários regionais que indicam a concentração do plantio com espécies específicas. Situação essa não recomendada, pois gera vulnerabilidade a pragas.

Isabela apresenta o Programa Integrado de Informação e gestão da Arborização Urbana de Madrid, <http://unalcorqueunarbol.cloudapp.net/>, MADRID mais verde, onde podemos observar o inventário de toda arborização urbana, com detalhes minuciosos das suas fichas técnicas, tais como presença de folhas, floração, frutificação, diâmetro do caule, altura, data do último inventário, entre outras informações.

Marcelo (CGPIS) considera que outras cidades da América do Sul possuem uma arborização urbana mais bem estabelecida que o Rio de Janeiro. Pergunta se não seria interessante introduzir plantas exóticas na cidade para melhorá-la nesse aspecto.

Isabela (FPJ) responde que não. Boa parte das árvores utilizadas na arborização urbana carioca já é exótica. Além disso, existem espécies locais adequadas para esse fim. O

PDAU não indica quais são elas, pois não chegou a esse detalhamento. Isabela informa que a Fundação Parques e Jardins disponibiliza uma lista com 20 espécies adequadas para arborização urbana.

Monica (CMP) observa que o uso de poucas espécies na arborização urbana também compromete a biodiversidade da vegetação no ambiente urbano, afetando a longevidade das árvores.

Isabela (FPJ) comenta que não se deve usar mais de dez indivíduos da mesma espécie numa mesma região.

Henrique (CET-Rio) observa a tendência que vem se estabelecendo nas obras públicas executadas na cidade do plantio preferencial de coqueiros e palmeiras.

Isabela (FPJ) apresenta o histórico dos recursos orçamentários destinados à Fundação Parques e Jardins e à Comlurb, atentado para a tendência de queda dos recursos. Também relata que os recursos não orçamentários são provenientes das medidas compensatórias pela retirada de árvores em decorrência do aumento da ocupação urbana e das exigências de habite-se, ressaltando que tais recursos são destinados apenas para a compensação de árvores retiradas.

Roberto (FPJ) acrescenta que a FPJ vem passando por um processo de esvaziamento, não há recursos orçamentários para novos plantios e para a manutenção dos plantios executados por medidas compensatórias e o quadro de funcionários está diminuindo drasticamente, com a aposentadoria dos mais experientes.

Marcos (SMAC) acrescenta que, desta forma, não há ampliação da vegetação arbórea da cidade, uma vez que o que está sendo feito é plantio compensatório, apenas para reposição do que tem sido suprimido.

Monica (CMP) observa que a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) que está em análise na Câmara dos Vereadores voltará a ser analisada pelo poder executivo, após as emendas dos vereadores, e esta é uma oportunidade para revisão dos parâmetros em

relação à arborização urbana que foram inseridos nesta legislação antes da elaboração do presente plano.

Marcelo (CGPIS) observa que existem cidades que oferecem bonificação para a iniciativa privada proteger a arborização.

Isabela (FPJ) cita algumas iniciativas existentes no campo da educação ambiental (Espiral de Arborização) e programas municipais que tem interface com a arborização urbana, entre os quais: Corredores Verdes; Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Rio de Janeiro - PMMA; Plano de Monitoramento Contínuo da Cobertura Vegetal do Município do Rio de Janeiro - PMCV; Quantificação do Estoque e Fluxo de Carbono; Adoção de Áreas Verdes; Socorro Verde; SIG das Áreas Verdes; 15 Minutos Verdes; Geo Vias.

Marcelo (CGPIS) pergunta se há ou poderia ser feito um levantamento da densidade arbórea nas praças.

Isabela (FPJ) responde que não há esse levantamento para a cidade como um todo mas relata alguns estudos de caso pontuais realizados: o impacto do PEU Taquara na supressão da arborização urbana; e o estudo sobre o motivo da remoção de árvores no Méier.

Isabela (FPJ) relata como foram as oficinas que embasaram a fase de planejamento do PDAU, que contaram com funcionários da prefeitura e representantes da sociedade civil. Foi utilizada a metodologia *SWOT* (ferramenta utilizada para análise de cenários e utilizada como base para gestão), que apontou que a arborização urbana está em situação de sobrevivência, com mais pontos fracos que fortes e mais ameaças que oportunidades.

Isabela (FPJ) informa que o planejamento indicou 15 iniciativas a serem desenvolvidas nos próximos 5 anos. Cada uma delas envolvendo definição do programa, objetivos, justificativa, resultados esperados, atividades e indicadores. As duas principais iniciativas são a reestruturação e fortalecimento institucional e a instituição de um Sistema Integrado

de Gestão da Arborização. Considera que a implementação destas iniciativas é fundamental para o desenvolvimento das outras treze outras, que incluem: Produção Vegetal, Incremento da Arborização; Articulação; Recursos e Instrumentos Econômicos; Normatização; Capacitação e Treinamento Continuado; Tratos Silviculturais; Educação Ambiental; Comunicação; Fomento à Pesquisa; Proteção de Espécies Notáveis; Desenvolvimento Continuado da Qualidade da Arborização; e Controle e Arborização.

Isabela (FPJ) ressalta que há pouca pesquisa específica sobre arborização urbana, principalmente no que se refere à adequação e comportamento específico de espécies no ambiente urbano.

Monica (CMP) sugere contar com a colaboração de entidades como a SBAU - Sociedade Brasileira de Arborização Urbana e a ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, que promovem congressos, realizam cursos e publicam artigos e livros sobre temas afins.

Isabela (FPJ) indica que o PDAU deve ser revisto depois de 10 anos. Depois dos 5 anos iniciais deve-se avaliar o trabalho feito até então e readequar o planejamento para o próximo período.

Roberto (FPJ) considera que o próximo passo do PDAU é ser aprovado pelo Prefeito e publicado, o qual também deverá instituir um comitê gestor para o Plano. Destaca a metodologia inovadora utilizada e a profundidade dos estudos e proposições elaboradas.

Marcos (SMAC) informa que elementos propostos pelo PDAU foram apresentados à equipe que desenvolve o Plano Estratégico e alguns deles devem ser incorporados. Informa, entretanto, que a melhoria da gestão institucional não foi contemplada.

Marcos (SMAC) sugere a elaboração de um decreto que contenha a reestruturação institucional necessária para o órgão.

Mônica (CMP) encerra a reunião às 12h45.

ENCAMINHAMENTOS

Por não ter havido tempo hábil, a leitura da ata da 46ª reunião deverá ser feita na próxima reunião.

Os órgãos membros do CTPD devem fazer a indicação dos seus representantes até o dia 10/02.

A Coordenação do CTPD enviará aos órgãos a Planilha de Acompanhamento das Ações Estruturantes do Plano Diretor aos membros do CTPD, que devem enviar sugestões de mudança até o dia 26/02.